

## UM RETRATO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Eunice M.L.Soriano de Alencar\*

A presente coletânea de textos oferece uma visão global da Educação Especial no país, com suas tendências, problemas, desafios e perspectivas. Oferece também contribuições técnicas relativas à educação de portadores de necessidades especiais nas áreas do autismo, deficiências diversas e superdotação. Constitui-se em um trabalho de suma importância para consulta por parte daqueles que detêm o poder de decisão política sobre a área. Constitui-se também em uma indispensável fonte de consulta técnica para professores e especialistas que lidam com a Educação Especial.

Esta coletânea reúne artigos, onde são discutidas questões relativas à conceituação, propostas educacionais, profissionalização, formação de professores, políticas e legislação, entre outros aspectos. Para sua preparação, foram convidados profissionais selecionados entre os principais especialistas brasileiros em suas respectivas áreas. A coletânea inclui também relatos de experiências bem-sucedidas e pesquisas realizadas por educadores e estudiosos de distintas instituições públicas e privadas, apresentando, além disso, uma descrição das propostas desenvolvidas em instituições localizadas em distintas regiões do Brasil, que têm como objetivo atender ao

\* Professora titular do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília.

aluno com necessidades especiais. Fazem parte ainda desta coletânea o relato de coordenadores dos dois programas de pós-graduação na área, onde são apresentadas a estrutura curricular e linhas de pesquisa levadas a efeito em suas instituições, com vistas à formação de pessoal de alto nível para as atividades de pesquisa e magistério de nível superior. Completando este quadro, incluiu-se um texto sobre a política de Educação Especial no Brasil, uma nota sobre a Revista Brasileira de Educação Especial e resenhas de alguns livros de interesse para os que atuam na área.

Uma análise desta coletânea certamente levará o leitor a refletir a respeito de problemas que permeiam a Educação Especial no Brasil. Levará também o leitor a se surpreender com a diversidade de centros que vêm implementando propostas inovadoras e com o excelente nível dos programas de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal de São Carlos. As experiências interessantes aqui descritas, levadas a efeito com autistas, e portadores de dificuldades diversas, certamente encantarão o leitor. Elas ilustram algumas possibilidades de atuação que merecem ser reproduzidas e multiplicadas, constituindo-se como fontes de inspiração para novas propostas que venham a ampliar as oportunidades educacionais e possibilitar um maior desenvolvimento do potencial de crianças e jovens que necessitam de um atendimento especial. Os recursos tecnológicos, incluindo o uso do computador e comunicação a distância, que vêm revolucionando as possibilidades de educação de crianças e jovens portadores de dificuldades diversas são também descritos em artigos desta coletânea e seguramente merecem ser mais conhecidos.

Diversos problemas críticos que afetam a área receberam destaque da parte de distintos especialistas. Dentre estes, salientam-se:

Reduzida oferta de vagas para o portador de necessidades especiais

O quadro apresentado por distintos autores é preocupante. Leila Regina de Paula Nunes e Júlio Romero Ferreira, no artigo de sua autoria "Deficiência mental: o que as pesquisas brasileiras têm revelado", lembram, por exemplo, que, embora a necessidade de serviços de Educação Especial já constasse da Lei 4.024/61, no seu artigo 88 ("a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade") e da lei 5.692/71 que também previa o tratamento especial para "os alunos que apresentarem deficiências físicas ou mentais... e os superdotados", apenas um número muito reduzido dos portadores de deficiência têm atendimento especial.

Além da reduzidíssima fração da população deficiente que vem recebendo alguma forma de atendimento especial, um problema grave é que a maioria da clientela não ultrapassa os níveis iniciais de escolaridade. Este aspecto foi bem documentado tanto por José Geraldo Silveira Bueno, no artigo "A educação do deficiente auditivo no Brasil — situação e perspectivas" como por Elcie Salzano Masini no artigo "A educação do portador de deficiência visual (D.V.) — as perspectivas do vidente e do não-vidente".

O problema é especialmente grave, uma vez que, tanto no caso do deficiente visual como do deficiente auditivo, níveis altamen-

te satisfatórios de escolarização, incluindo mesmo ensino superior, poderiam ser alcançados, caso houvesse um atendimento pedagógico especializado e processos escolares de boa qualidade. O enorme desperdício de talento e de potencial humano devido à baixa qualidade deve ser objeto de atenção.

No caso do *superdotado*, este problema também alcança proporções alarmantes, uma vez que o ensino no país está voltado para o aluno médio e abaixo da média, deixando-se de lado os alunos mais capazes. Estes são, muitas vezes, hostilizados por professores mal preparados, que se sentem ameaçados diante do aluno que se destaca por um potencial superior.

Precária formação do corpo docente

A precaríssima formação dos professores que atuam na Educação Especial foi aspecto discutido por todos os autores. Ana Maria Bereohff, no seu artigo "Autismo: uma história de conquistas", lembra, por exemplo, que embora seja importantíssimo o papel do professor, sendo a qualidade da relação professor-aluno o cerne de todo o atendimento da qual depende a chance de se retirar o autista do isolamento que o caracteriza, não existe no Brasil sequer um curso de formação específica para professores de autistas. Conhecimentos sólidos de Psicologia e Educação que viessem a orientar o professor na forma de atuar junto a esta clientela que apresenta distúrbios graves de comportamentos são imprescindíveis. Entretanto, são raros os professores que dispõem de tais conhecimentos.

A inexistência de quadros docentes bem preparados foi também discutida por José Geraldo Silveira Bueno que lembra, por

exemplo que, em 1987, dos 2.226 professores de deficientes auditivos em todo o país, 1.749, ou seja, 78,5%, não atendiam à exigência de formação de nível superior estabelecida pelo Parecer nº 7/71 do Conselho Federal de Educação. O mesmo problema ocorre no ensino do deficiente visual onde se observa também uma enorme heterogeneidade quanto ao nível de formação de professores, com um número significativo de docentes que nunca receberam qualquer formação específica. Este aspecto é amplamente documentado no artigo de Elcie Salzano Masini, sobre a deficiência visual.

Além de precária formação do corpo docente, que apresenta em sua maioria níveis baixos de escolaridade, um aspecto que também foi apontado diz respeito à baixa qualidade dos cursos universitários de formação do educador especial. Uma análise feita, por exemplo, por Enumo, em 1985 e por Mazzotta, em 1993, e discutida por Leila Regina de Paula Nunes e Júlio Romero Ferreira, no seu artigo sobre a deficiência mental, aponta para um quadro pouco animador, que inclui cursos noturnos, reduzida atenção ao aspecto prático da formação e carga horária em disciplinas específicas muito aquém do desejável.

O descaso na qualificação do docente é acompanhado de ausência de recursos necessários à complementação educacional do deficiente e de uma equipe de profissionais que propicie acompanhamento psicológico e pedagógico especializado.

Também no que diz respeito ao superdotado, o importantíssimo papel do professor, tanto para a identificação e reconhecimento do potencial superior como para a provisão de condições favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades, requer que o

mesmo receba uma preparação especializada, o que não vem ocorrendo em nosso país. Esta preparação é indispensável, uma vez que as pesquisas indicam que professores mal qualificados tendem a se mostrar desinteressados e mesmo hostis com relação ao aluno que apresenta habilidades superiores. O problema se agrava, uma vez que há muita resistência a qualquer proposta de atendimento especial ao superdotado, sendo comuns atitudes ambivalentes com relação àqueles que se destacam por um potencial superior, que ora são sujeitos de admiração e ora de hostilidade.

Outros problemas graves que afligem a Educação Especial dizem respeito ao caráter assistencialista que predomina nas propostas levadas a efeito, aspecto este discutido tanto por José Geraldo Silveira Bueno como por Leila Regina de Paula Nunes e Júlio Romero Ferreira.

Estes problemas refletem uma falta de compromisso por parte das autoridades públicas brasileiras em investir seriamente em educação, destinando aos órgãos competentes recursos condizentes com suas necessidades e exigindo a implementação na prática do que é previsto na lei. Esta é condição *sine qua non* para se suprimir tanto a prática, muitas vezes sutil, de se eliminar os deficientes do ambiente escolar como a marginalização presente nas classes e escolas especiais.

### **Progressos e experiências inovadoras**

Ao compor um retrato da Educação Especial em nosso país, não podemos, entretanto, nos restringir apenas aos problemas existentes. É também oportuno lembrar que progressos foram ob-

servados na área nestes últimos anos. Leila Regina de Paula Nunes e Júlio Romero Ferreira apontam, por exemplo, para os dispositivos da Constituição de 1988, ainda pendentes de regulamentação, que reforçam a garantia da oferta obrigatória de vagas nas escolas públicas. Lembram ainda estes autores que, no novo projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já aprovado pela Câmara e em tramitação no Senado, há vários pontos relevantes para a Educação Especial.

Também Ana Maria Bereohff, em seu artigo sobre o autismo, destaca que os horizontes de atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, incluindo a criança autista, vêm se ampliando.

O excelente nível dos programas de mestrado iniciados em 1978 na Universidade Federal de São Carlos e em 1979 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro é também motivo de otimismo. Estes cursos vêm titulando mestres, a maior parte profissionalmente envolvidos com o ensino na área e muitos deles constituindo núcleos de ensino e pesquisa, que seguramente já estão contribuindo para a formação de professores melhores qualificados para atuar na Educação Especial.

Os distintos relatos de experiência incluídos no presente número refletem modalidades diversas de atuação bem-sucedidas. J. R. Facion apresenta um modelo integrativo, que inclui um conjunto de medidas terapêutico-comportamentais, úteis no tratamento de portadores de deficiência mental e distúrbios de comportamento. Descreve também a técnica de "Interação Corporal Centrada", que tem sido utilizada com sucesso por ele nos últimos quatorze anos no tratamento do autismo. Este

autor ilustra o uso desta técnica da descrição de um caso clínico de uma criança autista.

Um projeto de atendimento ao aluno deficiente auditivo é descrito por Maria da Piedade Resende da Costa. Este projeto inclui a implementação de classes especiais, onde têm sido utilizados procedimentos de ensino centrados, no aluno, e colocadas em prática todas as orientações disponíveis para o ensino da comunicação. O adequado aproveitamento dos recursos da comunidade na implementação deste projeto tem sido também fator contribuinte para os bons resultados obtidos.

O atendimento a crianças com deficiência visual é ilustrado por projetos distintos. Um deles, sob a coordenação de Elcie Salzano Masini na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, inclui cursos, como de Culinária e Artes Plásticas, para alunos com deficiência visual e mais recentemente a implementação de um curso de atualização para pais e professores de deficientes visuais — Perceber sem ver: práticas do cotidiano. A professora Elcie está também na coordenação de uma proposta de atendimento ao estudante universitário deficiente visual, proposta esta descrita no texto de sua autoria.

Maria Lúcia T. M. Amiralian vem também estudando várias questões relativas ao deficiente visual, como o desenvolvimento da criança deficiente visual, a relação mãe-bebê deficiente e o referencial perceptual do deficiente visual. Esta autora tem realizado atendimento terapêutico de crianças, adolescentes e adultos cegos e com baixa visão e aponta, no texto de sua autoria, para as dificuldades destas pessoas, as quais percebem e compreendem o mundo através de outros canais sensoriais

que não os utilizados pela maioria da população.

A metodologia utilizada por Mari Gândara, coordenadora do Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, no seu trabalho através do ritmo, da música e da dança com crianças portadoras de deficiência visual, é outra experiência bem-sucedida aqui incluída.

Uma proposta de profissionalização do deficiente mental é descrita por Maria Helena Alcântara, educadora da APAE/DF, ao passo que Francisco de Paula Nunes Sobrinho descreve um programa de treinamento de habilidades de autocontrole em crianças hiperativas. Todas estas experiências e projetos ilustram distintas alternativas de atuação junto ao aluno com necessidades especiais e sugerem propostas a serem implementadas em prol do deficiente.

Fernando César Capovilla descreve sistemas computadorizados de comunicação para deficientes de fala e também para avaliação de habilidades cognitivas de leitura e escrita de crianças com distúrbios cognitivos e motores. Dois estudos são ainda apresentados por Léa da Cruz Fagundes relativos a atividades de programação em *Logo* e comunicação via rede telemática com alunos surdos. Estes autores apontam para diferentes tipos de ganhos observados a partir de tais práticas educacionais inovadoras e sublinham diversas possibilidades que tais recursos tecnológicos oferecem à Educação Especial.

Esta coletânea inclui também uma pequena amostra de centros de atendimento em Educação Especial. Alguns destes centros, como o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de

Educação de Surdos, fundados há longa data, são bastante conhecidos.

Também é apresentada uma descrição das atividades desenvolvidas na Estação Especial da Lapa, de São Paulo, que atende a portadores de deficiência mental, física, sensorial e múltiplas, a partir dos 14 anos. Neste local, 30% das vagas são destinadas a estudantes que não apresentam necessidades especiais, no sentido de favorecer a integração social dos primeiros.

As propostas implementadas por diferentes autores e nos distintos locais anteriormente mencionados ilustram diversas possibilidades de ação que urgem serem aperfeiçoadas, multiplicadas e estendidas a todo o país, com vistas a se alterar efetivamente e de forma significativa, o panorama sombrio em que se encontra a Educação Especial no Brasil.

É necessário chamar a atenção também para a universidade no sentido de que invista mais nesta área, primando na formação dos profissionais de educação e contribuindo, através de seus recursos humanos, para a construção de práticas educativas mais efetivas. Também de fundamental importância é que se incorporem na prática os avanços observados na teoria e os achados de estudos empíricos levados a efeito, especialmente pelo corpo docente universitário.

É inconcebível que conhecimentos valiosos resultantes de pesquisas realizadas pelo país fiquem apenas no âmbito de suas instituições e/ou no círculo restrito de alguns poucos estudiosos.

Estamos certos de que o retrato aqui apresentado da Educação Especial concorrerá para despertar autoridades e educadores para a necessidade urgente de condições melhores para o desenvolvimento pleno do portador de necessidades especiais.

Acreditamos também que ele será fonte de inspiração para os que atuam na área, levando a novas propostas, gerando novas oportunidades e promovendo serviços de melhor qualidade para esta clientela.